

Secretário diz que saúde chegou ao fundo do poço

LIANE GONÇALVES

A rede pública de saúde chegou a seu estado terminal. Depois de o ministro da Saúde, Jamil Haddad, ter decretado calamidade pública no sistema em todo país, o secretário estadual de Saúde, Astor de Mello, disse ontem que a situação dos hospitais estaduais chegou ao fundo do poço. De pires na mão, Astor de Mello já esteve duas vezes em Brasília na sua primeira semana de trabalho na Secretaria, para reivindicar verbas. Ele apresentou a Haddad um pedido de Cr\$ 1,3 trilhão para estancar as pressões dos fornecedores, mas voltou ao Rio sem remédio para as dívidas.

— O ministro disse que é inviável, mas ele me pediu um relatório detalhado sobre as necessidades dos hospitais — disse o secretário, acrescentando que também pediu verbas ao governador Leonel Brizola e ainda não foi atendido.

Diante desse diagnóstico, entidades da área de saúde e parlamentares anunciaram que vão a Brasília pedir que Haddad intervenha na rede pública de saúde do Rio e decreta estado de calamidade. O presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremérj), Laerte Vaz de Mello, disse que a iniciativa poderá facilitar o repasse de verbas. Para ele, o Rio vive uma crise sem precedentes:

— O que me preocupa é que as pessoas estão morrendo. É uma crise avassaladora.

Astor de Mello disse que a Secretaria estadual de Saúde recebeu desde abril apenas Cr\$ 1 trilhão para seus 22 hospitais. Segundo ele, a rede precisa receber esse valor a cada

mês para arcar com todas as despesas. O sintoma dessa política de cortes é uma crise sem precedentes nos hospitais. O Carlos Chagas, em Marechal Hermes, corre o risco de fechar suas portas. A empresa de limpeza já abandonou o hospital, os equipamentos estão quebrados e os médicos estão deixando o serviço.

No Hospital de Ipanema, que foi transferido do Inamps para o Estado em 1991, as dívidas crescem a cada dia. A Cedae, a Light, a Telerj e a CEG não recebem desde abril de 92. Segundo o diretor do hospital, Norival Soares, o débito com os fornecedores chega a Cr\$ 45 bilhões:

— Se não recebermos reforço financeiro, podemos fechar.

Essa situação caótica se repete nas unidades do Inamps. O Sindicato dos Médicos organizou ontem um protesto em frente à Coordenadoria do Inamps no Rio para pedir a saída do coordenador Augusto Franco, irmão do presidente da República. Segundo o secretário-geral da entidade, Jorge Darze, Augusto Franco está liquidando o sistema de saúde no Rio. Ele acusou o coordenador de ser arbitrário ao fechar o Posto de Atendimento Médico (PAM) da Avenida Venezuela e transferir médicos do Hospital da Posse e do PAM Irajá.

Com a degradação das redes estadual e do Inamps, os hospitais municipais ficam sobrecarregados. No Souza Aguiar, os pacientes chegam a ser atendidos deitados na pia da emergência. Os médicos do Miguel Couto apresentam sintomas de estresse. Para evitar a sobrecarga, o Município determinou que seus hospitais só aceitem remoções de pacientes com consulta prévia.

A agonia dos hospitais do Rio

POSSE

O maior hospital público da Baixada está fechado há mais de três meses por falta de recursos. Só o ambulatório continua a atender precariamente. O hospital foi transferido para a Prefeitura de Nova Iguaçu em março. Um convênio previa que o Ministério da Saúde continuaria a investir na unidade, mas com uma condição: o município não poderia ter débitos com a União. O hospital perdeu a verba e ficou sem a emergência, 320 leitos de internação e oito vagas no CTI. Dois mil funcionários estão parados.

IPANEMA

Há mais de um ano, o hospital não paga as contas de água, luz, telefone e gás. Também estão atrasados os pagamentos aos fornecedores de alimentação e às firmas de limpeza e segurança. No setor de urologia, mais de 800 pessoas esperam na fila para serem operadas. Dos 254 leitos, apenas 135 estão recebendo pacientes devido à falta de pessoal. A emergência está fechada desde dezembro. Há uma carência de 55 médicos, 60 enfermeiros e 190 auxiliares de enfermagem.

ALBERT SCHWEITZER

Quase 70% dos 500 leitos do hospital estão desativados por falta de profissionais. Na emergência, a falta de espaço obriga o atendimento a mais de um paciente por maca (foto). São necessários 150 médicos — principalmente anestesiologistas, neurocirurgiões e ortopedistas — para completar as equipes. Há três meses, foi concluída a obra no CTI, onde poderiam funcionar 30 leitos. No entanto, o estado não liberou recursos para a compra dos equipamentos. Quatro das oito salas de cirurgias estão fechadas.



Foto de Jorge Peter

ANDARAÍ

No início da semana, o corpo clínico se reuniu para discutir o fechamento do hospital. Com 350 leitos desativados, a unidade recebeu do Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos seis meses US\$ 200 mil (Cr\$ 13,4 bilhões). Segundo o médico Roberto Portes, do conselho gestor, seriam necessários Cr\$ 53,6 bilhões por mês para manter o hospital. Ele diz que a unidade está totalmente desabastecida de remédios e materiais. Faltam cerca de 400 auxiliares de enfermagem, cem médicos e 50 enfermeiros.

GETÚLIO VARGAS

O novo CTI, com capacidade para dez leitos, já está pronto — e vazio. Faltam sistema de refrigeração e equipamentos. Enquanto isso, médicos atendem aos pacientes em estado grave num CTI improvisado, onde funcionam quatro leitos. O desaparecimento do hospital também levou ao fechamento de quatro das sete salas de cirurgia. Segundo o diretor Eugênio Miller, a unidade precisa de ortopedistas, neurocirurgiões e anestesiologistas, apesar de o estado ter contratado médicos como prestadores de serviço.

MIGUEL COUTO

A superlotação do hospital provocou um aumento de 50% no número de mortes nos primeiros seis meses deste ano em relação ao mesmo período no ano passado. O diretor, Paulo Pinheiro, admite que a qualidade do atendimento caiu, devido à sobrecarga de trabalho dos profissionais. Segundo ele, muitas vezes os médicos são obrigados a selecionar o paciente que tem mais chances de sobreviver. Com os 470 leitos ocupados, o hospital é obrigado a improvisar macas nos corredores para não recusar doentes.

BONSUCESSO

Administrado pelo município e pelo Inamps, o hospital está com a metade de seus 800 leitos desativada. A unidade de cirurgia cardíaca e o CTI infantil estão fechados. Faltam pessoal e equipamentos. O CTI para adultos também funciona precariamente: apenas seis dos 14 leitos recebem pacientes. Segundo o Sindicato dos Médicos, são necessários 90 médicos e 619 enfermeiros e auxiliares para completar as equipes. A emergência só atende aos pacientes recomendados por outras unidades de saúde.

LAGOA

Com a emergência fechada, o hospital sofre com a falta de equipamentos mais modernos e de pessoal. O sucateamento dos aparelhos levou ao fechamento de quatro dos seis leitos do CTI geral. Na unidade coronariana, também foram desativados dois dos cinco leitos. O aparelho de ecocardiograma e ultra-sonografia estão quebrados. Os pacientes são obrigados a aguardar até quatro meses por uma vaga nos centros cirúrgicos. Cinco salas de operação estão fechadas e o número de cirurgias cai a cada dia.